

# LETRAMENTOS PLURAIS: POR UMA CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS EDUCACIONAIS EMANCIPATÓRIOS

Ueliton André dos Santos Silva<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente artigo busca trazer à cena do debate a importância da construção de práticas de letramento escolar que leve em consideração a dimensão social e histórica dos educandos, de modo a considerar sua visão e percepção acerca do mundo. Esse processo, se faz relevante tendo em vista a importância de se inserir o estudante como um agente ativo na construção e transformação do meio ao qual ele está inserido, pois é consciente de sua potência transformadora que os sujeitos podem vislumbrar e atuar na realidade de forma efetiva. Para a materialização deste estudo, foi adotada a metodológica de pesquisa de natureza qualitativa e de caráter descritivo. Portanto, os dados que fundamentam nossa discussão foram coletados em de livros, periódicos científicos e repositórios virtuais. Dentre os principais autores e autoras que compõem o referencial teórico são citados e citadas: Agamben (2009); Cruz (2009; 2012); Foucault (1999); Freire (1989; 2013; 2019a; 2019b); Kleiman (2008; 2010); Pereira (2014); Souza (2009) e Street (2014).

*Palavras-Chave:* Educação escolar. Letramento. Emancipação.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca trazer à cena do debate uma perspectiva plural acerca do letramento, expondo com isso caminhos possíveis para a construção de um fazer educacional

---

<sup>1</sup> Bolsista CAPES. Mestrando em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia-Campus II. Integrante do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens-GEREL/CNPq-UNEB. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIRB. Endereço eletrônico: ueliton\_andre@hotmail.com.

pautado na solidificação de meios emancipatórios. Isso posto, o meu interesse acerca da temática emergiu a partir das discussões e leituras junto ao Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens (GEREL), grupo ao qual estou vinculado na condição de mestrando. Dentre essas inquietações, é possível citar: Qual papel ou função as histórias de vida dos educandos podem desempenhar no fazer educacional em sala de aula? Essa questão, ao ser tomada como a mola propulsora deste trabalho, nos convida a pensar a educação para além do viés de transmissão de conteúdo, ou seja, uma educação plural cuja vida concreta do educando não pode ser dissociada ou desconectada da sua formação escolar.

Com vista em atingir nosso objetivo, a saber, investigar a potencialidade das histórias de vida no curso da educação escolar, o artigo foi dividido em três seções. Assim sendo, na primeira seção, é feita a exposição de um breve panorama histórico da educação, onde é destacado alguns aspectos sociais e eventos históricos que se fazem importantes para que tenhamos uma compreensão de determinadas engrenagens que operam no campo educacional como via de exclusão e conformação de pessoas. Na segunda seção, é elaborada uma articulação que visa posicionar o letramento como um fenômeno plural apontando novos caminhos para a trajetória de formação e desenvolvimento do indivíduo sob leituras e escritas plurais, ou seja, uma proposição que vise contemplar a coexistência das múltiplas formas de ser e estar no mundo. Na terceira seção, buscamos descrever o processo de leitura e escrita como fenômenos que caminham passo a passo com as experiências de vida dos educandos, assim sendo, o fazer educacional deve extrapolar as imposições universalizantes pautadas em uma suposta neutralidade da educação para se concentrar em uma educação dialógica, à qual a vida e a educação apresentam-se como elementos complementares e interconectados.

Para a consolidação desse estudo foi adotada a metodologia bibliográfica de natureza qualitativa. Isso posto, os dados que compõem o corpo de nossa análise foram coletados a partir de livros, periódicos científicos e repositórios virtuais. Após a análise dos dados levantados na fase investigativa, se chegou aos seguintes resultados: O processo educacional, cujo foco esteja na promoção da emancipação intelectual e existencial do educando, deve levar em consideração que o ato de educar é um processo imbricado com a existência e as experiências de vida dos sujeitos envolvidos nesse jogo interacional. Assim sendo, a educação escolar emancipadora e crítica deve trazer à tona dos debates as múltiplas faces e facetas sociais que se colocam como descritores e classificadores de determinados grupos humanos. Em suma, a educação é um fluxo contínuo que deve caminhar lado a lado com a vida, e com isso servir de instrumento para a construção de outros modos possíveis de ser e se fazer no mundo e com o mundo a partir das relações com os outros.

## **ALGUNS FIOS HISTÓRICOS ACERCA DO PROCESSO FORMATIVO EDUCACIONAL**

O processo de construção dos sentidos ao longo do curso existencial humano não se exhibe como uma atividade simples. Tal processo se mostra e se materializa de forma complexa. Enquanto seres sociais, nos encontramos imersos em múltiplos feixes de relações e com elas emergem diversas articulações e formulações acerca de si, do outro e do entorno sociocultural ao qual estamos envolvidos. Desta forma, as diferenças humanas não devem ser tomadas como algo a ser enquadrado sob as grades de um padrão hegemônico que se coloca como universal, mas antes é de fundamental importância a articulação de campos dialógicos para uma fazer educacional pautado nas múltiplas formas de vida e de viver, de modo que as diferenças possam coabitar um mesmo

espaço sem que sejam vistas como pontos de ameaça ou representação do mal, cujo destino é a aniquilação.

Nesse jogo reflexivo, a temática *Letramentos plurais: por uma construção de caminhos educacionais emancipatórios* surge frente a relevância de se promover estudos que operem como instrumentos de luta e resistência frente as alianças de ordem burguesa que visam sacralizar e cristalizar determinados espaços, símbolos e direitos como sendo elementos naturalmente pertencentes a um pequeno grupo (elite dominante) em detrimentos de outros (massa popular). Quando voltamos nosso olhar acerca dos arranjos conceituais que se impõem acerca do que significa ser humano na atualidade, constata-se que a concepção de ser humano que circula atualmente é uma herança do Renascimento, posto que, é a partir desse período que o homem passa ser compreendido como o centro do mundo (NOGUEIRA, 2011).

Frente aos expostos, destaca-se que o Renascimento foi um movimento europeu que ocorreu em meados do século XIV e se estendeu até o final do século XVI. As ideias de superioridade e inferioridade formadas nesse período acerca da figura humana, ramificaram-se e ganharam diferentes formas e contornos em todo continente ocidental. Esse cenário será o palco para a eclosão das Grandes Navegações, cuja arquitetura colonial marcada pela opressão e exploração de múltiplos territórios, dos quais o território brasileiro, observa-se um registro explícito do processo de subalternização e dominação de indivíduos específicos, uma vez que “por mais de três séculos, as principais atividades econômicas mercantes brasileiras basearam-se no trabalho do negro escravizado” (NOGUEIRA, 2011, p. 11).

Mediante essa configuração, diferentes aspectos humanos passaram a ser utilizados como vias para a imposição da dominação territorial e existencial. Isso posto, as línguas, as

religiões e a própria produção epistêmica foram racializadas e categorizadas como modernas/ atrasadas, primitivas/ desenvolvidas, cujo objetivo era a articulação de vias para uma dominação cultural e local de forma efetiva (MIGNOLO, 2008). Para tanto, a profusão de vias conformativas para que os sujeitos vistos como inferiores aderissem ao modelo imposto (modelo burguês), fez-se necessária a implantação de diferentes dispositivos de controle, dos quais, o próprio discurso. Para Agamben (2009), podemos compreender como dispositivos de controle qualquer elemento ou mecanismo cujo objetivo está centrado em reter, orientar, modelar e controlar os indivíduos, a exemplo, a escrita, o governo, a literatura, a filosofia, linguagem dentre muitos outros.

Mediante aos expostos, conceitos como: exame, disciplina, produção de corpos dóceis e as instituições de controle descritos por Foucault (1999), contribuem significativamente para uma análise crítica acerca dos atravessamentos dos interesses das camadas dominantes no campo do letramento. Sob esse prisma, é possível observar a existência de uma malha de dominação que se perfaz nas diferentes esferas da sociedade, cujo objetivo é docilizar um grupo humano específico, ou seja, os sujeitos categorizados como subalternos (MIGNOLO, 2008).

Desta forma, os dispositivos de controle apresentam como um dos seus desígnios a imposição de uma estrutura de conversão de sujeitos ditos como desviantes em corpos dóceis, isto é, um corpo que se “manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1999, p. 163). Posto isso, constata-se que, embotados num jogo categorizador do que seria o ser humano, o opressor/colonizador ao lançar seu olhar no espelho social vê sua imagem refletida, essa posição egocêntrica contribui para a formação idealista de que eles são a verdadeira expressão da

pessoa humana e “[...] os outros, estes são “coisas”, manipuláveis, usáveis e descartáveis (FREIRE, 2019a, p. 62).

Frente a esse projeto de manipulação, de controle e conversão humana, concebemos o letramento social como um instrumento fecundo para a problematização e releitura da realidade, bem como um promotor de ações emancipatórias que permitam aos indivíduos em processo formativo atuar sobre seu meio social de forma ativa e criativa, de modo a produzir soluções possíveis para suas demandas sociais (FREIRE, 2019a; 2013; PEREIRA, 2014). Portanto, advogamos acerca de uma caminhada educacional cujo destino seja à emancipação existencial e intelectual do educando.

## **O LETRAMENTO PARA ALÉM DO PRISMA TRADICIONAL HEGEMÔNICO**

Frente ao palco apresentado na seção anterior, observar-se que o termo letramento, por vezes, é associado como sinônimo do processo de formação escolar tradicional hegemônica. Sob esse viés, não é incomum a incorporação do resultado do processo escolar como sendo efeito do letramento autônomo, letramento esse que nas palavras de Kleiman (1995) e Street (2014), se coloca como um fenômeno isento de ideologias, portanto, um elemento neutro e capaz de promover o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos envolvidos nesse tipo de formação. Frente a essa suposta neutralidade, o letramento autônomo irá se colocar como um processo universal, sendo absorvido como o modelo predominante nas escolas brasileiras (KLEIMAN, 1995).

Em um de seus trabalhos, Kleiman (1995), afirma que a escola se articula como a principal agência de letramento. Contudo, é crucial salutar que de fato a escola é a principal agência de letramento escolar hegemônico, todavia, não se deve

perder de vista que existem outros canais agenciadores de letramentos para além daqueles de cunho pedagógicos, que conforme exposto anteriormente se pauta numa concepção autônoma. De modo a dar vasão à novas perspectivas acerca do letramento, verifica-se a emergência do letramento ideológico, cuja premissa basilar é que as práticas de leitura e escrita são influenciadas pelo contexto histórico e cultural dos sujeitos (STREET, 2014).

Consequentemente, ao se ancorar numa suposta neutralidade, a escola é projetada como um dispositivo eficiente para o cumprimento da tarefa de reconfiguração de sujeitos, impondo-lhes os padrões comportamentais desejados pelos detentores do poder hegemônico. Assim sendo, não é de se estranhar a emergência de propostas pedagógicas que consideram os alunos como meros receptores e acumuladores dos conhecimentos considerados pertinentes para a formação do cidadão desejado. Tal abordagem educacional foi denominada por Paulo Freire (2019a; 2019b; 1989) de educação bancária, cuja construção do conhecimento é tida como uma prática de transmissão de informações sem a participação ativa e dialógica entre educador e educando.

Deste modo, não é incomum que educadores envolvidos com práticas emancipatórias e críticas ao modelo hegemônico encontrem diversas resistências em diferentes níveis (sala de aula, institucional e governamental). Sob esse aspecto, Ângela Kleiman (2010, p. 380), argumenta que “a dificuldade de implementar, em atividades didáticas, uma concepção da escrita para a vida social reside no fato de ela ir de encontro à concepção tradicional de ensino da escrita, que, afinal de contas, reflete a história social e cultural da instituição escolar”.

No que se refere a ler, escrever e interpretar textos ou usar a oralidade letrada, de acordo com os cânones escolares, os jovens nem sempre são

considerados como usuários autônomos da língua escrita. No entanto, fora da escola existem situações outras — ainda que nem sempre reconhecidas ou autorizadas — que se realizam nas mais diversas esferas de atividade: a casa, a rua, a escola, o trabalho, a religiosidade (SOUZA, 2009, p. 32).

Um ponto emblemático dessa questão é que determinados agrupamentos humanos são apagados enquanto agentes portadores de histórias, necessidades e participação política e cultural. Nessa orquestração, estamos diante de um projeto que anula a escrita e a leitura de mundo daqueles que são tomados como inferiores, atrasados ou selvagens (MIGNOLO, 2008). Portanto, ao fixar os letramentos em um crivo monolítico de ordem escolarizante tradicionalista, remove-se a sua roupagem plural, revestindo-o sob um traje singular (LOPES *et al.*, 2018). Perante essas exposições, é importante articular em sala de aula práticas de letramento que abram caminhos para a compreensão dos diferentes usos dos letramentos em diferentes grupos e culturas (SOUZA, 2009). Tal defesa se faz urgente na atualidade tendo em vista que

para ser leitor, dentro de um processo em que a palavra escrita é europeia e responde às teorias racistas vigentes, é preciso embranquecer. As leituras de negros e mestiços, marcadamente influenciadas pela tradição oral desvalorizada, juntamente com seu corpo de descendência africana, não tem lugar de valor algum se comparada aos valores da leitura e da escrita ensinada na escola, ou fora dela, mas com autorização, aos que são considerados cidadãos (SOUZA, 2009, p. 37).

A partir disso, é perceptível a elaboração de práticas de letramento autônomo fortemente imbricadas com a constituição da leitura e da escrita sob um viés hegemônico, ou seja, um dispositivo para a imposição de determinados padrões sociais em detrimento de outros. Deste modo, o processo de subalternização enraizado no modelo educacional neoliberal não apenas

desumaniza as pessoas, como também legitima determinadas práticas degradantes, infringidas sobre determinados grupos (CRUZ, 2009). Assim, quando se advoga acerca de uma educação que faça frente aos modelos opressores, não estamos nos lançando em um jogo para inversão de papéis, em que o oprimido de hoje possa atuar como o opressor de amanhã, mas antes se trata de uma educação dialógica, em que possamos refletir sobre nossos atos diariamente, e, estabelecer contratos políticos conosco, com o outro e com o entorno que nos envolve e nos atravessa, posto que somos notadamente preenchidos por diferenças múltiplas (FREIRE, 2019a; 2013; MIGNOLO, 2008).

## **NOVOS HORIZONTES PARA UMA LEITURA PLURAL**

O ato de ler é um processo dinâmico que permite aos sujeitos apreender e reinventar o mundo à sua volta, dito de outra maneira, a leitura de mundo possibilita que as pessoas se compreendam enquanto agentes constitutivos e transformadores do seu meio social — contanto dialógico.

Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros — o do sanhaçu, o do olha-pro-caminho-quemvem, o do bem-te-vi, o do sabiá; na dança das copas das árvores sopradas por fortes ventanias que anunciavam tempestades, trovões, relâmpagos; as águas da chuva brincando de geografia: inventando lagos, ilhas, rios, riachos. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam também no assobio do vento, nas nuvens do céu, nas suas cores, nos seus movimentos; na cor das folhagens, na forma das folhas, no cheiro das flores — das rosas, dos jasmims —, no corpo das árvores, na casca dos frutos. Na tonalidade diferente de cores de um mesmo fruto em momentos distintos: o verde da manga-espada verde, o verde da manga-espada inchada; o amarelo esverdeado da mesma manga amadurecendo, as pintas negras da manga mais além de madura (FREIRE, 1989, p. 9-10).

Dentro dessa cadeia de significações e apresentações, Freire (2013, p. 21) nos lembra que o ato de falar acerca de um

acontecido (leitura de mundo) não se reduz à ação de recontar algo, “mas reviver o vivido que gerou o dizer que agora, no tempo do redizer, de novo se diz”. Assim sendo, para a psicologia social de base vigotskiana, a memória não se reduz ao mero acúmulo de informações, mas antes se constitui como um processo psicológico superior mediado por diferentes signos, significados, significantes e sentidos (VYGOTSKY, 2007). Sob essa ótica, o próprio ato de criar cultura passa diretamente pela leitura de mundo (SILVA, 2018). Dito isso, é válido ressaltar que tal estruturação não se pauta no crivo do letramento ocidental hegemônico, mas antes numa modalidade de leitura, a qual está sendo aqui denominada de letramento social. “Portanto, além de identificar a cultura produzida pelo sujeito, dadas as suas condições materiais de existência é preciso também identificar os meios de que ele dispõe para fazer a comunicação de sua cultura” (SILVA, 2018, p. 55).

Dessa forma, pensar o mundo sob novas leituras e reinterpretações de si, do outro e do entorno é sobretudo questionar essa lógica opressora e conformadora, que desde muito cedo é imposta aos indivíduos como único caminho possível. Como projetar “ser mais” ao ser educado sob o crivo de um poder hegemônico que representa os indígenas, os moradores de comunidades rurais, as mulheres, os negros e os demais sujeitos vistos como inferiores em posições subalternas e de miserabilidade? São questionamentos dessa envergadura que reafirmam a importância de um fazer que busque romper com o silenciamento, exclusão e opressão, quer dizer, um caminhar rumo à libertação. E aqui, é válido salutar que a libertação não se dar no acaso do destino, “[...] mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (FREIRE, 2019a).

Nessa tessitura, o letramento social ao ser relacionado com a trajetória de vida dos educandos possibilita uma prática educacional humanizada, pois ao abrir espaço para o diálogo contribui para que os sujeitos falem sobre si e se reconheçam como agentes integradores de uma sociedade e que possuem forças para reivindicar não apenas o direito de falar, mas também de coexistir e transformar sua realidade (PEREIRA, 2014; FREIRE, 2019a; 2019b; 2013). Assim, sabendo que os sujeitos não se libertam sozinhos ou são libertados de forma passiva por outros sujeitos é que se pensa o letramento social como canal de libertação e desalienação de forma relacional, posto que, é a partir das relações humanas que a libertação dos rótulos da subalternização e desumanização se torna possível (FREIRE, 2019a).

De acordo com essa premissa, as pessoas podem e devem assumir o processo de (re)escrita de si e questionar determinadas estruturas de poder que se firmaram ao longo da história. Nosso senso de identidade nos permite lembrar nosso passado, avaliar nosso presente e projetar nosso futuro. Isso posto, é possível observar que o indivíduo produz sua própria existência, portanto produz a si mesmo na relação com os outros, ou seja, produz e é produzido pelo outro (REIS, SCHUCMAN, 2010, p. 391).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos resultados obtidos, é possível verificar que os seres humanos se apresentam como seres constituídos social, cultural e historicamente. Assim sendo, o processo educacional escolar enquanto meio de socialização, interação e construção do letramento escolar, deve trazer à tona de suas práticas as leituras sociais que os educandos produzem de sua própria realidade. Esta consideração se faz importante tendo em vista que, se desejamos difundir uma educação pautada na formação crítica e

emancipatória é fundamental que as histórias e as necessidades dos alunos se façam presentes nesse processo.

Em suma, o letramento social é acionado como um instrumento de leitura e escrita de forma crítica da realidade, uma leitura para a emancipação e confrontação dos dispositivos que visam conformar os indivíduos às produções sociais e históricas como sendo elementos de uma natureza humana determinada e imutável.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Editora Argos, 2009.
- CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. *Leitura literária na escola: desafios e perspectivas de um leitor*. Salvador: EDUNEB, 2012.
- CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. *Memórias de leituras literárias de Jovens e Adultos alagoanhenses*. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel. 20ª Edição. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 71. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019a.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 62. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019b.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- KLEIMAN, Angela B. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 375-400, 2010. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- KLEIMAN, Angela B. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n3/05.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

LOPES, Adriana C. et al. *Letramentos de sobrevivência: costurando vozes e histórias*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Guarulhos, v. 10, p. 678-703, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/560>. Acesso em: 28 dez. 2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* — Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O Corpo Negro: Sentidos e Significados. *Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL. Londrina*, v. 1, n.1, p. 10-13, 2011. Disponível em: [http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu\\_miolo\\_final.pdf](http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_final.pdf). Acesso em: 24 de julho de 2019.

PEREIRA, Áurea da Silva. *Tempo de plantar, tempo de colher: mulheres idosas, saberes de si e aprendizagens de letramento em Saquinho*. 2014, 197 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) — Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

REIS, Alice Casanova; SCHUCMAN, Lia Vainer. A constituição social da memória: lembranças de uma testemunha da II Guerra Mundial. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 388-408, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=16771168&lng=pt&rm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=16771168&lng=pt&rm=iso). Acesso em: 11 jun. 2020.

SILVA, Roberto da. *Didática no cárcere II: entender a natureza para entender o ser humano e seu mundo*. São Paulo: Giostri Editora, 2018.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

STREET, Brian. *Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.